

Museus, identidades e patrimônio cultural¹

Cristina Bruno²

Apresentação

As premissas propostas pelos organizadores deste seminário apontam para a pertinência da abordagem sobre o papel dos museus antropológicos na cena contemporânea e estimulam os seus participantes a problematizarem sobre as questões que envolvem as distintas características destas instituições, a partir de um diálogo interdisciplinar e multiprofissional.

Há, ainda, a solicitação de inserirmos em nossas reflexões um olhar especial para a dialética entre as ações curatoriais museológicas por um lado e, por outro, sobre o uso que os públicos têm feito dos museus. Sobretudo, a pauta deste evento nos impulsiona a conceber e sugerir proposições, notadamente, para os museus universitários brasileiros.

Assim, constata-se que há uma certa orientação para que as nossas contribuições não descartem os problemas técnico-científicos existentes nas entranhas dos museus, mas sem abandonar a perspectiva pública que, cotidianamente, traz inéditos desafios aos processos de musealização e aos respectivos profissionais envolvidos com estas realizações.

Neste contexto, esta mesa foi organizada com o objetivo de sublinhar as potencialidades destes museus no que se refere à construção das identidades e delimitações da herança patrimonial, especialmente as inspiradas em coleções etnográficas.

Respeitando as premissas do programa deste Seminário e procurando permear os caminhos que valorizam a inserção da singularidade do olhar da Museologia neste contexto, a reflexão ora apresentada foi elaborada e organizada levando em consideração dois vetores de análise.

No primeiro segmento, considero pertinente a abordagem sobre o *perfil dos cenários museológicos* estruturados em torno de estudos e discursos antropológicos que, por sua vez, têm construído suas interlocuções com as sociedades a partir de acervos etnológicos, em especial provenientes de sociedades indígenas.

Trata-se, principalmente, de uma análise que emerge da verificação sobre os processos museológicos que, ao longo do século XIX, foram se distanciando dos argumentos implícitos aos então tradicionais museus de história natural e enciclopédicos, para iniciarem uma rota permeada pelas especializações, pelas etnografias singulares e monografias temáticas. Estes, ao longo do século XX, ensejaram novos modelos de musealização, propiciando a interlocução com muitos campos de conhecimento e procurando outros caminhos para o diálogo com seus públicos, chegando ao século XXI ainda nos surpreendendo pela vitalidade e capacidade de se reinventar.

Em um outro segmento de análise, cabe a reflexão sobre as *lógicas* que têm assegurado à musealização da Antropologia ou Antropologia musealizada, a potencialidade de preservar os sentidos e significados de olhares, que muitas vezes são expressões de estranhamento, outras vezes de noções de pertencimento, de identidade, ou ainda, dando a perceber olhares explícitos e decorrentes de aprisionamentos, colonizações e de múltiplas nuances de poder. Neste contexto, merece atenção a problematização sobre o *papel das expedições* em relação à formulação destas lógicas.

Refiro-me, de modo especial, aos processos que, a partir de intenções, rotas e percur-

1 Trabalho apresentado na Mesa 5: Museus, identidades e patrimônio cultural.

2 Museóloga. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo.

tos definidos e sob a égide das mais distintas razões, têm possibilitado a constituição de acervos e estes, por sua vez, garantido a consolidação de instituições e de diversos campos de conhecimento.

As análises inerentes aos dois vetores, indicados anteriormente e a serem desenvolvidos a seguir, estão amparadas em algumas premissas essenciais sobre a minha compreensão em relação ao universo museal, no que tange ao museu como modelo institucional vocacionado para a administração da memória e à Museologia como um campo de conhecimento permeado pelo interesse em viabilizar estratégias para a consolidação da educação da memória.

Julgo que todos aceitamos que os museus, de qualquer natureza e tipologia, são instituições que atuam em relação à construção de identidades e à decodificação de questões patrimoniais. Essas ações têm distintos contornos em razão do texto e contexto que as consolidam.

Ainda nessa perspectiva de pontuar alguns argumentos essenciais, vinculados ao tema central de nossas discussões, é importante sublinhar nosso reconhecimento de que a origem do museu moderno remonta à Europa do século XVIII e ao longo de sua trajetória, notadamente como consequência de processos colonizadores e globalizantes, vem sendo reproduzido e reinventado em todos os continentes, a partir da afirmação de que são instituições voltadas ao tratamento de questões que envolvem a condição humana. São instituições que dignificam as ações humanas, preservando referências culturais que permitem a construção de processos históricos e identitários, valorizando também o meio ambiente e consagrando tanto a elaboração artística quanto o pensamento científico.

São, portanto, instituições humanizadas, inventando tradições como dizem os historiadores, explorando noções de pertencimento como afirmam os arqueólogos e antropólogos, desvelando as características sócio-culturais como esperam os sociólogos, possibilitando a disponibilização de mais um espaço para a inclusão social como profetizam os educadores, entre centenas de outras expectativas que recaem sobre os museus.

Neste contexto, a expectativa dos museólogos está dirigida à consolidação dos processos institucionais que permitam o equilíbrio entre salvaguarda e comunicação dos acervos em constante diálogo com seus públicos, independentemente da tipologia dos acervos, da natureza da instituição ou do perfil do público. Para a Museologia, o que interessa é a implementação de uma cadeia operatória de ações que permita o gerenciamento da informação, a manutenção dos acervos, as múltiplas ressignificações inseridas nos discursos expográficos e a apropriação patrimonial pelos distintos segmentos da sociedade.

Apesar dos reiterados questionamentos, é possível considerar algumas certezas em relação aos museus contemporâneos, que balizam os nossos trabalhos para o planejamento e avaliação destas instituições. Reconhecemos que não são lugares sem vida, nem almoxarifados de referências patrimoniais e instituições desprovidas de responsabilidades éticas no que se refere ao seu entorno sócio-político-cultural.

Sabemos que os museus são lugares da memorização tanto quanto do esquecimento; são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança patrimonial, mas também, evidenciam preconceitos e dogmas sobre as manifestações culturais; são espaços para as multidões da mesma forma que abrigam a fruição individual e são, ao mesmo tempo, cenário e palco de extroversão e local de guarda e conservação. Os museus são responsáveis por repertórios de referências culturais organizadas e apropriadas em diferentes escalas. Atuam em nome do patrimônio universal, dos patrimônios nacionais, comunitários e biográficos, da mesma forma que orientam as suas ações para acervos saqueados e desterrados.

As instituições museológicas são, sem dúvida, o tempo e o espaço que as sociedades têm constituído para a preservação de suas representações, para a celebração em torno dos reflexos de seus olhares sobre a realidade e, em especial, os abrigos dos seus indicadores da memória.

Colocadas essas premissas essenciais, cabe o retorno aos dois vetores de análises propostos anteriormente.

Primeiro Vetor

Museus de Antropologia: de que museus estamos falando?

Os estudos antropológicos, em suas múltiplas divisões e hierarquias disciplinares, de difícil delineamento, têm sido responsáveis, há muito tempo, pela consolidação de importantes instituições museológicas em diversos países, inclusive no Brasil. Inicialmente, esta consolidação se deu a partir dos museus de história natural e gradativamente passou a embasar museus especializados, com enorme ênfase para aquelas que se consolidaram em torno de acervos indígenas das mais variadas regiões do planeta.

Da mesma forma, é possível reconhecer que a existência de acervos etnológicos e arqueológicos, por exemplo, possibilitou a estruturação dos respectivos campos de conhecimento.

Um olhar sobre a historicidade desses processos nos aponta que sempre foi comum a interlocução entre estudiosos e dirigentes desses diferentes museus, partilhando reflexões, socializando perspectivas museológicas e propiciando o intercâmbio de coleções. Assim, sempre foi marcante a diáspora de modelos teóricos de apropriação, estudo e extroversão desses acervos, permitindo a identificação de pontos comuns entre os mais distintos museus antropológicos que, até a contemporaneidade, são passíveis de verificação.

A bibliografia especializada e muitos fundos documentais desvelam características destas interlocuções, como por exemplo, apenas para citar um caso, a correspondência trocada, por décadas, entre Franz Boas e Paul Rivet e os seus respectivos esforços para, por um lado, aproximar o conhecimento antropológico do grande público e, por outro, dar aos museus funções sociais mais nítidas em relação às populações de antigas colônias. É notável constatar, apenas neste exemplo pontual, como a repercussão desta correspondência chegou até nós e orientou muitos dos profissionais de diversas instituições brasileiras.

Assim, para responder de imediato à pergunta que orienta a análise deste vetor, podemos dizer que os museus antropológicos são

museus que se conhecem, que se organizam em torno de paradigmas comuns e partilham problemas semelhantes.

O Brasil, desde o início do processo de colonização e de forma reiterada a partir do surgimento dos primeiros museus no século XIX, tem participado dessas interlocuções de duas formas. Por um lado, a nossa diversidade sócio-ambiental estimula desde sempre as coletas e a constituição de coleções que, muitas vezes, foram levadas para outros países e, por outro, as nossas instituições sempre serviram de abrigo para profissionais das mais diferentes origens. Com isso, estou afirmando que conhecemos e partilhamos os principais parâmetros sobre o perfil dos museus antropológicos.

De forma geral, e sob o ponto de vista museológico, essas instituições transitaram ao longo do século XX por três dimensões de trabalho patrimonial. Inicialmente, identificamos uma ênfase em relação à musealização focada essencialmente na evidência do artefato (elemento de coleção), alicerçando seus estudos e discursos em visões estéticas, comparativas e evolucionistas. Sabemos que neste período ganham impulso as análises comparativas entre culturas, da mesma forma que os acervos etnográficos impressionam e influenciam os artistas modernos.

Em seguida, constatamos o surgimento de uma musealização voltada para as etnografias, onde o artefato exerce uma função de coadjuvante em um contexto mais plural, ao mesmo tempo mais verticalizado e pormenorizado em relação ao risco das generalizações. Os estudos e discursos em torno da diversidade, da multiculturalidade, assumem protagonismo nas instituições. Neste âmbito, os artefatos só fazem sentido quando contextualizados em estudos especialmente etnográficos. É importante ressaltar que este período registra, ainda, um certo abandono dos acervos etnológicos por parte dos antropólogos.

Nas últimas décadas, percebemos que esta musealização teve seus enfoques ampliados, cruzando com olhares históricos e sócio-ambientais, onde os artefatos são usados como argumentos para o encaminhamento de problemas culturais. As discussões sobre a devolução de coleções, sobre o respeito à privacidade de

certas práticas culturais e a realização de trabalhos museológicos partilhados com as sociedades indígenas têm ocupado a atenção de todos que interagem com os museus antropológicos.

Entretanto, não podemos negligenciar o âmbito deste cenário, no qual muitas vezes estão inseridos os acervos arqueológicos, de cultura popular, de folclore, entre muitas outras variáveis, com aportes distintos e problemas próprios, que têm gerado instituições diferenciadas.

Delinear o perfil do que entendemos por museu de antropologia não é tarefa fácil e nem permite generalizações

Assim, as considerações apresentadas neste vetor de análise priorizaram, especialmente, o encontro entre Antropologia e Museologia em torno de acervos etnológicos de sociedades indígenas que, de certa forma, têm sido responsáveis pelo delineamento do que facilmente identificamos como museu antropológico. Esse encontro, por sua vez, tem possibilitado a proposição de novos modelos de musealização. Podemos citar, por exemplo, o surgimento dos ecomuseus, dos museus comunitários, dos museus de cidade, que convivem com os tradicionais museus de história natural ou com aqueles que se especializaram em torno de acervos etnológicos indígenas.

O mais importante, nesta análise, é sublinhar que o ponto de vista antropológico em relação às realidades patrimoniais tem ampliado o escopo dos processos museológicos, tem imposto a necessidade de articulação com o “outro” para a concepção de projetos de museu, e tem, sobretudo, permitido valorizar a importância do diálogo interdisciplinar.

É lógico que não descartamos, em nenhum momento, os sérios problemas institucionais que habitam esses museus. Estamos sempre dispostos a retomar as discussões sobre a devolução de coleções, sabemos que os “impérios” de cultura material que consolidam muitas dessas instituições agravam os desafios de estudo, salvaguarda e comunicação desses acervos e reconhecemos como extremamente difícil, a elaboração de estudos e a construção dos discursos institucionais amparados em bases interdisciplinares.

A partir da explanação de alguns problemas que caracterizam a nossa compreensão

sobre o perfil dos museus antropológicos, é possível verticalizar esta análise e refletir sobre a lógica constitutiva dessas instituições, a partir da verificação das profundas ligações com a realização de expedições.

Segundo Vetor:

Expedições: reciprocidades entre os percursos e os acervos etnológicos.

As expedições têm um singular comprometimento com a construção dos elos de sentidos patrimoniais, estruturadores dos repertórios dos museus. A idealização de rotas e a proposição de percursos para esquadrihar, investigar, explorar, coletar, proteger e dominar, sempre permearam a lógica que está na base da constituição dos acervos e, portanto, na base dos estudos e dos procedimentos de salvaguarda e comunicação.

Quando voltamos nosso olhar para o surgimento das coleções e dos museus, é expressiva a afluência dos sinais expedicionários, ou seja, aqueles sinais que denotam a orientação de olhares seletivos em relação à natureza e às expressões culturais, que operam os enquadramentos perceptivos dos indicadores da memória e, especialmente, que se organizam em torno de procedimentos para o registro, proteção e valorização dos espécimes, dos artefatos e dos lugares, identificando-os como referências culturais e transformando-os em semióforos.

As rotas, os roteiros e os percursos, concebidos e realizados em nome das mais diferentes razões, têm justificado a origem de grandes contingentes de patrimônio musealizado. Estes percursos foram orientados para os saques e as espoliações, para o tráfico ilícito de bens culturais, para as coletas dos exploradores naturalistas e para as investigações científicas.

Em alguns casos, as expedições foram organizadas em nome de interesses econômicos, religiosos, políticos e os frutos de suas coletas

acabaram se transformando em coleções museológicas. Em outros casos, são os próprios museus que realizam as expedições, com propósitos científicos e culturais.

Apesar de diferentes origens, constata-se que, em algum momento, os frutos dessas estratégias contribuem, de forma singular, para a formação de instituições científico-culturais, desencadeando a exigência dos processos preservacionistas. Essas estratégias, por sua vez, têm permitido a elaboração de uma pedagogia do olhar, apoiada não só na visão, mas na articulação entre os diferentes sentidos.

Essa articulação não deixa de ser, também, uma forma de medir o mundo, de acordo com as intenções e tecnologias disponíveis. E essa forma de medir o mundo, ao longo dos séculos, tem sustentado e multiplicado as funções sociais que os museus podem desempenhar.

Em nome da ciência, mas com rotas abertas pelas estratégias colonizadoras e viabilizadas por percursos assegurados pelo poder político e econômico, as instituições museológicas se transformaram em grandes repositórios de acervos e locais para a salvaguarda da documentação correspondente.

Os museus criados nos países colonizados foram moldados à semelhança dos europeus, seguindo os mesmos princípios que embasam as observações, as buscas e apreensões. As tradições que foram forjadas nos séculos precedentes e que justificaram a consolidação de impérios de acervos museológicos foram consagradas e apoiadas pelos impulsos classificatórios que permearam o olhar positivista em relação ao meio ambiente e às sociedades.

As expedições científicas, ou mesmo quando surgem com outras identidades como “missões” “comissões” ou “programas” representam, a partir desta época, a metodologia mais adequada para a formação e consolidação das instituições de pesquisa e preservação, como, também, servem de estratégia para a capacitação profissional e organização de associações voltadas à reunião de especialistas das mais variadas áreas do conhecimento. Em torno dessa metodologia são aprimoradas as técnicas de registro, organização e guarda das coleções, são incrementadas as pesquisas para a conservação dos bens patrimoniais e começam a ser identifi-

cados os desafios inerentes aos processos comunicacionais dos museus.

Os estudos antropológicos e a constituição dos acervos etnológicos são completamente dependentes desta lógica e, por sua vez, a potencialidade de interlocução entre as instituições e os seus públicos é muito condicionada por esta orientação. Tanto a antropologia musealizada centrada no artefato, quanto aquela que embasa argumentos sócio-culturais, passando pelas etnografias detalhadas, têm suas bases estruturantes na lógica expedicionária.

Esses acervos, resultantes das expedições, evidenciam a lucidez delimitada pelas diferentes realidades e intenções das rotas e dos percursos, mas possibilitam, também, a reversibilidade desses olhares. E aí reside, sem dúvida, a singular contribuição da Museologia que, por meio da cadeia operatória de procedimentos museológicos, permite a reversibilidade desses olhares, submetendo a novos olhares aquilo que foi visto, selecionado e preservado; ressignificando olhares de outrora; partilhando olhares acadêmicos e permitindo novas apropriações culturais.

Entretanto, as últimas décadas têm assistido a mudanças significativas nesse contexto. Podemos destacar, desse período, três grandes movimentos que se confundem na sinuosa historicidade dos museus. Ao lado das explorações científicas que multiplicaram os acervos e amplificaram as suas potencialidades de ressignificações, identificamos as primeiras iniciativas direcionadas à elaboração de normas, códigos e leis protecionistas em relação ao patrimônio cultural. A essas duas variáveis que, em um segmento, desdobram os problemas em novas questões atinentes à diversidade cultural, à polaridade entre erudito e popular, ao uso dos recursos naturais, aos símbolos nacionais, entre outros problemas e que, em outro segmento, procuram submetê-los a dogmas legais e procedimentos preservacionistas, somam-se as análises que começaram a valorizar a importância dos acervos e coleções para a educação da memória.

A ênfase em relação aos museus é recolocada e constata-se a relevância da manutenção de acervos musealizados e as suas respectivas funções educacionais e políticas. É neste quadro que proliferam, por exemplo, os museus

indígenas, ou acervos organizados pelas próprias sociedades indígenas a pedido de grandes instituições museológicas, ou ainda, emerge o interesse das associações de profissionais pelas discussões sobre os acervos museológicos.

Entretanto, a profunda crítica a que os museus foram submetidos ao longo do século XX é responsável pelas mudanças, ainda em curso, dos métodos de trabalho e da revisão e requalificação dos procedimentos de apropriação dos bens culturais. As expedições são, atualmente, orientadas por códigos de ética; os museus, cada vez mais, têm suas gestões partilhadas com distintos segmentos da sociedade e as decisões sobre os acervos devem respeitar acordos e normas internacionais.

A articulação, essencial às expedições, entre as intenções, os olhares e os registros, ocorre a partir de outros princípios. A lucidez e a reversibilidade são decididas a priori, na perspectiva do encontro potencializado nos percursos expedicionários.

O acúmulo de acervos deu lugar ao respeito às práticas culturais, as referências patrimoniais têm, gradativamente, ocupado o espaço das coleções exaustivas e as ações de extroversão têm procurado os caminhos da inclusão social. Hoje, as expedições percorrem as suas rotas conscientes da necessidade do diálogo e do refinamento de atitudes nas trocas culturais.

Após o delineamento de algumas características relativas a nossa compreensão sobre o perfil dos museus antropológicos e da indicação da influência das expedições na lógica destas instituições, restam, ainda, alguns argumentos finais que permitam aproximar estas constatações de algumas indagações que nos conduzam a caminhos prospectivos em relação ao tema central deste Seminário.

Considerações Finais: alguns argumentos para o debate

Ao lado das delimitações em relação ao que estamos considerando como museus antro-

pológicos e da presença das expedições como suportes das lógicas institucionais, o convívio com estes campos profissionais nos obriga a uma certa verticalização prospectiva em relação ao que pretendemos, ou melhor, que papel queremos que o nosso trabalho e as nossas instituições representem na atualidade.

Surge, assim, uma primeira argumentação a ser considerada, que direciona o nosso olhar para o perfil contemporâneo dos museus universitários brasileiros e a função da musealização dos acervos etnológicos neste contexto, a partir da compreensão de que estes museus cumprem as suas funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão em torno de procedimentos curatoriais, privilegiando a produção e transmissão de conhecimento novo e a cadeia operatória de ações museológicas de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural).

Esses museus estão enfrentando os seus desafios de ensino e pesquisa, conscientes desta trajetória da antropologia musealizada, explicitada anteriormente? O que podemos apontar como visão prospectiva em relação à formação de novas gerações, tanto no que se refere aos profissionais, quanto no que diz respeito aos públicos dos museus?

Como um segundo argumento para análise e discussão, caberia uma reflexão sobre as “políticas” museológicas e antropológicas no Brasil e suas respectivas interlocuções. Sabemos que as coleções etnográficas indígenas estão vinculadas a diferentes estruturas administrativas, além das universidades. Entretanto, constatamos uma flagrante ausência de interlocução entre estes diferentes domínios, mesmo considerando a atuação das associações profissionais. Quais são as articulações entre a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade de Arqueologia Brasileira, a Associação Brasileira de Museologia, o Conselho Internacional dos Museus, o Fórum de Museus Universitários, entre muitas outras instituições, que são responsáveis por estratégias científico-institucionais? Como o Sistema Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura tem viabilizado estas necessárias articulações?

Ainda com a intenção de estimular um debate que possa avançar em ações propositivas, coloco mais algumas argumentações. Não seria

possível procurarmos alguns caminhos para o desenvolvimento de ações que pudessem privilegiar a especialização profissional apoiada no encontro entre a Antropologia e a Museologia, com vistas a assegurar as potencialidades de ressignificação dos acervos etnológicos? Não seria possível pleitear que o Sistema Brasileiro de Museus organizasse um fórum de debates e projetos, que envolvesse as outras instituições mencionadas, para o estabelecimento de políticas públicas relativas ao futuro da musealização antropológica?

As nossas instituições, que partilham diversas características e problemas, não deveriam discutir o futuro das coleções etnográficas, com vistas a repensar os conceitos de reserva técnica, de discurso expositivo e de metodologias para a educação patrimonial?

Finalmente, cabe uma menção relacionada à instituição que me ampara para a elaboração das análises e argumentações apresentadas neste texto. Atuar profissionalmente, a partir do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, é um enorme privilégio para a compreensão das questões apresentadas.

Mesmo compreendendo que nos últimos 18 anos a nossa energia tenha sido partilhada com ações cotidianas, que ao mesmo tempo

viabilizaram as estruturas de uma nova instituição e amenizaram os impactos das antigas memórias institucionais; mesmo reconhecendo que apesar dos esforços reiterados ainda não dispomos do espaço adequado para a importância dos nossos acervos; mesmo constatando que ainda não conseguimos o desejável equilíbrio entre os estudos, as ações curatoriais e a cadeia operatória de procedimentos museológicos, é um privilégio atuar no MAE.

Por que termino afirmando que é um privilégio? Porque é uma instituição que teve a oportunidade de se reinventar; é um museu que está abrigado em uma universidade, o que significa que tem a potencialidade de produzir conhecimento novo, formar novas gerações e direcionar as suas ações para a sociedade em geral; é, sobretudo, uma instituição que aproxima distintos acervos – todos muito relevantes – constituídos a partir de diferentes intenções, rotas, percursos e registros.

Acima de tudo, o MAE, ao assumir em seu regimento que a sua organização acadêmica está ancorada em três campos de conhecimento – Arqueologia, Etnologia e Museologia – sinaliza de forma prospectiva o futuro dos museus que têm responsabilidades com a musealização da antropologia.